

PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SANTARÉM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ilvia Silva Gomes¹; Wilson Sabino²; Elaine Menezes Rossi³; Maira Rayane Pereira Braga⁴

^{1,3,4} Estudantes do Curso de Farmácia - Isco - Ufopa; E-mail: ivijany@gmail.com; elaine_mr6@hotmail.com; maira_rayane@msn.com,

² Docente do Curso de Farmácia- Isco - Ufopa; E-mail: wilsonsabino14@gmail.com.

RESUMO: A perda de saúde em sua maioria é complexa e multifatorial, e em cada grupo populacional tem sua própria origem. As Pré-Conferências municipais no âmbito do Sistema Único de Saúde (Sus) surgem também como instrumento de visibilidade das demandas em saúde de populações específicas, a exemplo de grupos distanciados da região urbana, como muitas das comunidades ribeirinhas existentes na região norte do país. Assim, o objetivo deste trabalho foi promover a participação discente na formulação de políticas de saúde no município de Santarém, Estado do Pará. Para tanto, utilizou-se do relato descritivo e reflexivo da participação discente em PC entre o segmento de usuários do Sus no município de Santarém-PA, ocorrido no primeiro semestre de 2015. O público alvo foram discentes do Instituto de Saúde Coletiva introduzidos ao aprendizado, de formular políticas em saúde, e defender seus direitos constitucionais neste setor. Através da participação discente em treze Pré-Conferências entre as zonas urbana, rural e ribeirinha, possibilitou a estes, ouvirem e refletirem sobre as necessidades de saúde da sociedade. Todo este processo culminou com a 13ª Conferência Municipal de Saúde, em julho de 2015, nas instalações do Auditório da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus Tapajós. A participação discente permitiu a estes ressignificarem seus saberes através da escuta das demandas sociais, e com seu olhar qualificado pelo aprendizado adquirido, conseguiram inserir propostas com o propósito de melhorar a qualidade de assistência em saúde no município.

Palavras-chave: participação social; conferências de saúde; democracia

INTRODUÇÃO

“Trabalhando no apoio dessa conferência pude perceber a importância de erguer as mangas e realmente ajudar; no serviço de credenciamento dos participantes pude ver que a cada inscrição realizada, a cada “olho no olho”, a esperança numa saúde de qualidade, e o quanto a participação da comunidade é importante para que isso seja real” (Discente 1).

O esforço de concretização dos princípios do Sistema Único de Saúde (Sus), em seus 27 anos de promulgação, traz consigo um importante ideário de construção da democracia e dos direitos humanos. Todavia este processo, dentre outros aspectos, enfrenta problemas inerentes à mudança de cultura política e econômica regidas por um capitalismo avançado, marcado pelo aumento da desigualdade social e pelo histórico da ditadura militar emblemático de formas autoritárias de gestão e inter-relações no espaço público.

A visão bio-psico-social, que sustenta a integralidade em saúde, rege as principais ações de promoção, prevenção e participação comunitária preconizadas nos importantes tratados de Alma-Ata (1978) - que completou 38 anos de sua promulgação - e a Carta de Ottawa (OTAWA, 1986). Estes documentos que norteiam os princípios do Sus reforçam a proposta de que devemos nos voltar mais para as condições de vida das populações do que para os sintomas, como expressão das doenças já instaladas.

Desde a promulgação da lei orgânica de saúde 8080 e 8142/90 (BRASIL, 1990), as Conferências de Saúde no Brasil passaram a ter papel primordial, tendo como base estruturante de seu funcionamento os Conselhos de Saúde. Estes, são espaços que permitem a participação da sociedade na formulação de políticas e controle social, expressão esta que vem sendo empregada tanto para designar o controle do

Estado sobre a sociedade como para designar o controle da sociedade sobre as ações do Estado (NUNES et al., 2009), nas três esferas de governo. Segundo Cunha (2003) o controle social deve ser entendido como instrumento para a expressão da democracia, sendo um direito conquistado pela sociedade civil.

A formação em saúde inscreve-se como um complexo processo que articula conhecer, aprender, fazer, produzir conhecimento e cuidar. Todavia, este processo situa-se no âmbito de políticas públicas de saúde e educação em meio às tensões, contradições, avanços e recuos nas práticas e concepções no trabalho em saúde (CECCIM et al., 2004; SOUZA et al., 2012). Nesse sentido, emerge como necessário repensar os campos de práticas e de saberes, com a finalidade de criar novas estratégias de formação aos futuros egressos do campo da saúde. Por este motivo, o objetivo deste trabalho de extensão foi promover a participação discente na formulação de políticas de saúde no município de Santarém, Estado do Pará.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se do relato descritivo e reflexivo da participação discente em Pré-Conferências entre o segmento de usuários do Sus no município de Santarém-PA, ocorrido no primeiro semestre de 2015. Este teve como público alvo discentes do Instituto de Saúde Coletiva que foram introduzidos ao pensamento das formulações de política em saúde, e a defesa de seus direitos constitucionais neste setor. Promoveu-se entre estas participações em reuniões do Conselho Municipal de Saúde do Município de Santarém, Pré-Conferências de Saúde na zona urbana, rural e ribeirinha, além de participarem ativamente da 13ª Conferência Municipal de Saúde cujo tema foi: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar com Equidade".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A década de noventa foi marcada pela descentralização das ações de saúde aos municípios, por necessidade de operacionalização da lei 8080 e 8142, sendo esta última, norteadora no país das ações de controle social no âmbito da saúde. Assim, como maneira de introduzir discentes no campo prático da formulação de políticas de saúde, operacionalizou-se o trabalho de extensão em torno das Pré-Conferências e Conferência de Saúde do município de Santarém. Através da participação no seio social e amparados por estas leis, os discentes puderam interagir com a realidade da formulação política no âmbito da saúde municipal dando um novo significado ao seu conhecimento sobre este tema *"...não tinha ideia do que eram os conselhos e conferências de saúde e sua importância para a construção do SUS que queremos, porém esta experiência proporcionou um olhar diferente..."* (Discente 2).

Durante o primeiro semestre de 2015, os discentes participaram de reuniões no Conselho Municipal de Saúde e puderam compreender na prática o funcionamento do controle social exercido por este instrumento, além de conhecerem quais eram as demandas trazidas pela comunidade. A confirmação desta compreensão foi observado na fala desta discente: *"...como estudante e futura profissional farmacêutica é notório e significativo este espaço para se entender os desafios que a saúde enfrenta em Santarém. Conhecer de fato o controle social nos faz pensar em tentar mudar o modelo que vem sendo implantado no município e tentar trazer novos profissionais para que estes também participem do processo..."* (Discente 3).

Houve a participação discente em treze Pré-Conferências, entre elas, zona urbana, rural e ribeirinha, e nestas, foram ouvidas as necessidades de saúde da população que impactou profundamente no pensar discente *"...amplitude de pensamento e ações que um processo semelhante a esse exige, acaba por demandar também muita paciência e ações articuladas e planejadas..."* (Discente 4). Com aprofundamento dos significados da formulação de políticas de saúde a partir das PCs, nas comunidades, os discentes participaram, pelo segmento dos Órgãos Formadores de Recursos Humanos para o Sus e de proposições nos âmbitos das políticas de saúde do município, como as que seguem no quadro abaixo.

Quadro 1 - Propostas discentes elaboradas para a 13ª Conferência Municipal de Saúde.

1.	Propor um sistema de identificação de medicamentos, através de cores dos medicamentos fornecidos pela Rede Básica de Saúde. Este sistema tem como objetivo facilitar a visualização e administração de medicamento para idosos, a fim de diminuir custo com intoxicações e problemas referentes a não adesão adequada ao tratamento. Sabendo que quase 1/3 dos idosos no município são analfabetos, sendo inviável a utilização de receituários manuscritos para orientação do uso de medicamentos;
2.	Garantir a Resolução nº 449/06: Instituir uma CFT (Comissão de Farmácia e Terapêutica) para garantir uma adequada seleção dos medicamentos baseados no histórico das doenças mais prevalentes no município para que assim seja implementado o uso racional dos medicamentos;
3.	Implantação de postos de coletas para medicamentos vencidos e vencendo da comunidade e da própria UBS sendo que o farmacêutico atuaria dando suporte técnico e educativo no âmbito da Atenção Básica;
4.	Implementação do sistema Hórus no município de Santarém;
5.	Garantir o cumprimento dos serviços de referência e contra referência para assistência continuada de acordo com o item II, do artigo 7, capítulo II da Lei 8080/90;
6.	Levar recursos físicos, administrativos, humanos e contratar profissionais capacitados para trabalhar na prevenção e promoção da saúde, incluindo a inserção do profissional farmacêutico em unidades básicas de saúde - UBS e Estratégia Saúde da Família - ESF.
7.	Promover ações educativas que levem a população a conhecer os direitos e serviços disponibilizados pelo SUS, contribuindo com o pacto pelo SUS;
8.	Capacitação para os profissionais de saúde com o objetivo de promover atendimento humanizado e também garantir os recursos físicos e humanos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho;

Todo este processo culminou com a 13ª Conferência Municipal de Saúde que ocorreu nos dias 30/06 a 03/07 nas instalações do Auditório da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus Tapajós. Nesta, ocorreram diversos debates que demonstraram a real situação da saúde no município, corroborando para a aprovação de propostas pertinentes para o biênio 2015-2017, com o propósito de atender as demandas locais. De acordo com Teixeira et al. (2005), governo e sociedade civil organizada devem debater e decidir juntos sobre as políticas públicas de saúde.

CONCLUSÕES

A participação discente neste processo de conferências permitiu a estes ressignificarem seus saberes através da escuta das demandas sociais, e com seu olhar agora qualificado pelo aprendizado teórico, inserir propostas com o objetivo de melhorar a qualidade de assistência em saúde no município. Finalmente, a aprendizagem adquirida através do conhecimento resultante do confronto com a realidade local, permitiu a estes, perceberem que as comunidades necessitam de soluções compatíveis e adequadas para suas realidades.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos ao Conselho Municipal de Saúde que proporcionou um campo de prática importante para a compreensão das políticas de saúde aos discentes da Universidade Federal do Oeste do Pará.

REFERÊNCIAS

ALMA-ATA. Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde; 6-12 de setembro 1978; USSR. In: **Ministério da Saúde** (BR). Brasília (DF): Ministério da Saúde, p. 15, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei Orgânica da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**. 20 set., 1990.

BRASIL. Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 31 dez., 1990.

CECCIM R.B.; FEUERWERKER L.C.M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, 20(5), 1400-1410; 2004.

CUNHA, S. H. **O controle social e os seus instrumentos**. Salvador. BA, 2003.

NUNES, G. M.; COSTA, J. G.; TEIXEIRA, M. M.; RAMOS, P. R. **Os Desafios da Participação Popular no Sistema Único de Saúde**. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social: Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda. Juazeiro/BA- Petrolina/PE- 28,29 e 30 de maio de 2009.

OTTAWA. Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde; novembro de 1986; Ca. In: **Ministério da Saúde** (BR). Brasília (DF): Ministério da Saúde; p. 19, 2001.

SOUZA, M. C. A. et al. Interdisciplinaridade no ensino superior: de imagem-objetivo à realidade. **Rev. bras. educ. med.** Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, supl. 2, mar., 2012.

TEIXEIRA, A. C. C.; MARANHÃO, T.; L.G. **Dicas**: ideias para a ação municipal. INSTITUTO PÓLIS, n. 230. 2005.